

Diário do Legislativo de 01/12/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 29/11/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - Dinis Pinheiro - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Eros Biondini - Getúlio Neiva - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Padre João - Pinduca Ferreira - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 30, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 33ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 3/12/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 3/12/2007, destinada à comemoração dos 30 anos da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene.

Palácio da Inconfidência, 30 de novembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 29/11/2007, a seguinte comunicação:

Do Deputado Sebastião Helvécio notificando o falecimento do Sr. Newton de Freitas Dantas, ocorrido em 20/11/2007, em Juiz de Fora. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o "Bragança Jornal" pelo transcurso de seu 80º aniversário de veiculação (Requerimento nº 1.372/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Caxambu, na pessoa do Sr. Isaac Rosental, Prefeito Municipal, pelo recebimento do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar (Requerimento nº 1.390/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Márcio Quintino dos Santos pelo recebimento do troféu especial do Conselho Regional de Contabilidade, e por ter sido proclamado decano dos contadores de Belo Horizonte (Requerimento nº 1.434/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Emater-MG pelo 59º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 1.436/2007, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Paulino Cícero de Vasconcelos por sua posse como Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro de Minas Gerais (Requerimento nº 1.441/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de repúdio pela decisão do Juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da Comarca de Sete Lagoas, por rejeitar pedidos de providências contra indivíduos que agrediram e ameaçaram suas companheiras, sob a alegação de ser inconstitucional a Lei Maria da Penha (Requerimento nº 1.448/2007, da Deputada Ana Maria Resende e outros);

de pesar pelo falecimento do Sr. José Levindo Fumian, ex-Prefeito Municipal de Antônio Prado de Minas, ocorrido em 7/11/2007, nesse Município (Requerimento nº 1.459/2007, do Deputado Sebastião Costa);

de congratulações com o Sr. Antônio Américo Pedrosa, Delegado-Chefe da Polícia Federal no Estado, por sua atuação no exercício do cargo (Requerimento nº 1.450/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Bruno Melo Lima, Diretor-Presidente da Metalsider Ltda., pelos serviços prestados na Presidência do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais - Sindifer (Requerimento nº 1.452/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso ao Sr. Tião Viana, Senador, pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 219/2007, que trata da oferta de procedimentos terapêuticos e da dispensação de medicamentos pelo SUS (Requerimento nº 1.548/2007, da Comissão de Saúde).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado Gil Pereira* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, subo à tribuna para falar de um assunto muito triste que está acontecendo na região do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri: a calamidade pública. Há mais de 170 dias não chove nessa região. Quero repassar aos Deputados e Deputadas alguns dados da Emater.

A Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Carlos Pimenta, Luiz Tadeu Leite, Arlen Santiago, Ruy Muniz e Paulo Guedes, aqui presentes, são da nossa região e sabem dessa calamidade. Já morreram 150 mil cabeças de gado. Repito: já morreram 150 mil cabeças de gado!

Eram comercializados diariamente 660 mil litros de leite, mas essa produção baixou para menos de um terço, cerca de 200 mil. Eram comercializadas 40.000t de carne bovina, mas essa produção baixou para 20.000t, ou seja, caiu cerca de 50%.

Sr. Presidente, a preparação do solo é zero; o nosso solo não possui umidade. Quanto ao plantio, ocorre o mesmo, também é zero. Cerca de 70% dos pastos estão perdidos e 30%, comprometidos. Podemos citar alguns de nossos rios que ainda possuem um pouco de água, mas, em alguns lugares, já estão cortados. O Rio Verde Grande, que abastece a nossa cidade maior: Montes Claros. O Rio Jequitaí, que também está com pouca água, o Rio das Velhas e o Rio São Francisco em que será feita a transposição.

É nesse intuito, Deputado Délio Malheiros, que estamos aqui, na tribuna da Assembléia. Ontem, em audiência, falamos sobre isso com o nosso Secretário de Governo, Danilo de Castro, e com o Secretário de Agricultura, Gilman Viana. Também já ligamos para a Secretaria de Meio Ambiente e fomos informados de que o Secretário está viajando, juntamente com o Governador. Ligamos ainda para o Prof. Anastasia, nosso Vice-Governador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva é de uma região em que chove muito, que é o Sul de Minas. Sabemos que, se não houver uma ação emergencial do governo federal, principalmente por meio da Codevasf, do DNOCS e do Ministério da Integração Nacional, essa região continuará numa péssima situação. É por isso que, no próximo dia 19, segunda-feira, o Ministro Geddel vai estar aqui em Minas Gerais para receber a medalha da Assembléia. Na quarta-feira, estaremos iniciando um ciclo de debates para falar sobre o Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável do semi-árido.

Pedi à Copasa que mostrasse o quanto o Rio São Francisco está poluído. Pessoas das margens do São Francisco, nas cidades de São Francisco, de São Romão, de Pedras de Maria da Cruz, de Januária e de Manga não estão podendo beber água porque ela está podre. Existem 20cm de algas que não estão deixando as pessoas beber aquela água, porque ela não serve nem para os animais, quanto mais para o consumo humano.

Estamos presenciando a seca no Nordeste e a enchente no Sul do País e no Triângulo Mineiro. Gostaríamos que o tratamento que o governo federal desse ao Nordeste de Minas também fosse dado ao Norte do Estado. Vamos pedir à bancada do Norte de Minas - mais uma vez estou falando em nome de todos, se assim me permitirem - que nos ajude a decretar estado de calamidade e emergência, por falta de água. Vejam bem, por falta de água. Não estou dizendo falta de comida.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado, V. Exa., em boa hora, alerta a população sobre a gravidade da seca que aflige a nós, moradores daquela região, nós que temos nossos familiares na região do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Na minha cidade de Itamarandiba, Deputado, como não acontecia há 30 anos, já estamos há 9 meses sem chuvas, com seriíssimos prejuízos para o plantio de eucalipto e para as famílias que não têm água para beber, nem como sustentar o gado nem seus familiares.

V. Exa., que é um Deputado que batalha pelo Norte de Minas, vem alertando as autoridades quanto a isso e reconhecendo que o Vale do Jequitinhonha merece tratamento especial. Assim, temos de enviar esforços junto a outros Deputados desta Casa para que o governo do Estado, mais uma vez, sensibilize-se em relação à região. Da mesma forma, o governo federal, para que, juntos, por meio da Copasa, ajudem na distribuição de água suspendendo a cobrança das contas por um período. A Cemig também poderia facilitar a vida do produtor rural, que está tendo de bombear a água por longa distância, gastando muita energia. De igual modo, o ICMS deveria ter uma tolerância para com as pessoas que recolhem o tributo, tendo em vista a escassez de negócios na região e a dificuldade financeira das pessoas.

Por isso gostaria de dizer que as palavras de V. Exa. vêm refletindo os anseios daquela população, trazendo a público esses esclarecimentos e postulando as medidas que devem ser aplicadas neste momento de gravidade que a seca representa. Parabéns por estar aqui, mais uma vez, defendendo o Norte de Minas e o nosso Vale do Jequitinhonha.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado Gil Pereira, quero fazer coro com as palavras de V. Exa. Havia-me inscrito para falar hoje, mas parece que não será possível. Quando falamos da tribuna, milhares de pessoas estão-nos vendo e ouvindo, mas, quando falamos em seca, muitos não conhecem a dimensão do seu significado para nossa região. Fizemos um vídeo, que passei à Mesa da Assembléia, e que seria passado aqui hoje, mas não foi possível em virtude de questões técnicas. Mas ele será transmitido para Minas Gerais e o Brasil todo verem o que está acontecendo. Certamente, ficará para a próxima semana.

Agora, é necessário uma tomada de posição. Ontem, na reunião da bancada do Norte, fomos unânimes em tomar essa decisão. Já não podemos esperar. É uma ação da Defesa Civil, que é importante para nós, mas pequena diante da gravidade do problema. É a Copasa que aluga um caminhão. Mas precisamos atacar o problema no cerne, na raiz. Em nossa região há 600 poços artesanais perfurados e equipados esperando que a Cemig ligue a luz elétrica, para que possamos matar a sede do nosso povo. Essa Cemig que defendemos, uma empresa séria, idônea e correta, peca na questão social. Falta que os órgãos governamentais equipem quase 500 poços artesanais que já estão perfurados, mas sem equipamentos.

Tomamos duas decisões importantes: primeiro, apresentaremos à Sedru uma emenda, para que possamos equipar esses poços e perfurar nossos poços artesanais. Já estamos marcando uma reunião para terça-feira, e faço um convite, que é mais uma convocação, à Codevasf, ao DNOCS, à Copasa, à Sedru, ao Igam, aos órgãos estadual e federal da Defesa Civil, enfim, a todos os órgãos, para que empreendamos uma ação firme, porque, a partir de agora, é tudo ou nada. E quero convidar outros companheiros, como os Deputados Getúlio Neiva e Délio Malheiros, para fazer coro conosco. Se a nossa bancada, que diz que tem força, não tomar nas mãos a responsabilidade de trazer alento e socorro para nossa região, ela não valerá de nada. Muito mais do que minha posição partidária e a de V. Exa., será nossa força para agir em favor do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Inicialmente, solicito ao Sr. Presidente que acrescente mais 3 minutos à fala do Deputado Gil Pereira, em face da gravidade do tema. Tenho debatido na Comissão de Política Agropecuária e, há pouco, conversei com o Presidente da Frente Parlamentar de Silvicultura, nosso caro Vice-Presidente da Assembléia, com o objetivo de que o governo faça um projeto maior para o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Não um arremedo de projeto, não ações isoladas, mas algo mais forte. Por exemplo: desde a posse do Governador, no seu primeiro mandato, foi programado um pólo de silvicultura para nossa região, mas agora sabemos que este irá para o Nordeste, e não para o Norte de Minas nem para o Vale do Jequitinhonha. O PPAG não nos beneficiou no projeto de silvicultura, e, se não

houver o replantio das florestas de nossa região, nosso clima permanecerá o mesmo.

Por outro lado, há uma questão muito grave a ser discutida: a água do subsolo pode ser prejudicada. Precisamos tomar cuidado, pois não podemos abrir milhares de poços artesianos sem fazer a regularização dos córregos e dos rios. Não há projeto de regularização dos córregos e dos rios do Norte de Minas e do Nordeste mineiro. Quando estava na Secretaria, montamos esse projeto para 1.020 pequenas barragens, mas o recurso foi desviado; foi repassado à Copasa, mas o dinheiro acabou antes de se concluírem 300 barragens. É preciso fazer outro projeto dessa natureza. Se os governos estadual e federal não tomarem providências em relação ao paralelo 18 e às regiões citadas, no Estado de Minas Gerais, dentro de 30 anos, estaremos condenados a produzir apenas cascavéis e micróbios. Obrigado.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte)* - Parabenizo o Deputado Gil Pereira por seu pronunciamento, lembrando que no Norte de Minas nem mesmo os urubus estão dando confiança para as reses mortas, tal é o número de reses de todos os tipos - vacas, bois e cabritos - mortas em nossos pastos.

Estou certa de que o governo tem de dar uma atenção especial a essa situação, e, para isso, já estamos protocolando - e espero apenas que o Deputado desça da tribuna para colher sua assinatura - ofícios que serão encaminhados a todos os representantes de órgãos ligados à seca e à água. Esperamos que, sabendo do nosso anseio, possam responder-nos prontamente. Mais do que isso, solicitamos uma audiência com o Ministro Walfrido, para que autorize a liberação de recursos já empenhados para a perfuração de poços de água no nosso Norte de Minas. Com tudo isso, Deputado Gil Pereira, assombro-me mais uma vez com a idéia "genial", entre aspas, de transpor o Rio São Francisco. Na realidade, a água da bacia do São Francisco é a única que temos para dar ao nosso Norte de Minas, já tão sofrido e carente de água. Muito obrigada, e parabéns.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Também quero cumprimentar o Deputado Gil Pereira por seu pronunciamento, no momento em que traz à nossa tribuna assunto de tamanha importância.

Aproveitando esses segundos em que V. Exa. nos permite aparteá-lo, quero dizer que já estamos prontos para a apreciação, no Plenário desta Casa, de projeto de lei de minha autoria que visa a criar condições para perenizar os cursos de água do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. É um projeto que cria um programa de incentivo à construção de médias e pequenas barragens e microbarragens, tendo em vista já ter sido comprovado que essas barragens podem contribuir para a perenização dos cursos de água. Assim, fazemos até um apelo ao Presidente, Deputado José Henrique, para que coloque em pauta esse nosso projeto que visa a criar um programa de incentivo à implantação de pequenas barragens no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Aproveito ainda, Deputado Gil Pereira, coordenador da nossa frente parlamentar, para falar da importância da realização, na próxima semana, de um ciclo de debates sobre o Rio São Francisco. Temos de mobilizar toda a sociedade para engajar-se nessa luta contra a aberração desse projeto que é o de transposição do Rio São Francisco. Muito obrigado.

O Deputado Gil Pereira* - Agradeço ao Deputado Fábio Avelar e peço um minuto da paciência do Presidente José Henrique, pois fui bastante aparteado em razão da importância do tema. Mas não posso deixar de comunicar aos nobres Deputados que no próximo dia 19 o Deputado Geddel Lima, Ministro da Integração Nacional, estará em Minas Gerais. Aproveitamos, então, para fazer um apelo de toda a bancada e do Governador Aécio Neves para que realmente haja essa integração do Ministério, de modo que o próprio Governador possa acionar o Presidente da República para que se salvem o Norte de Minas e os nossos rios.

Em rápidas palavras, Presidente, quero-me referir ao ciclo de debates "O Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável do semi-árido", que será realizado nos próximos dias 21 e 22, neste Plenário. A abertura será feita às 19 horas, pelo nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, seguido do Ministro da Integração Nacional, Deputado Geddel Lima; do Deputado Antônio Passos, Presidente da Assembléia Legislativa do Sergipe e da Cipe São Francisco; da Sra. Cleide Izabel, Diretora-Geral do Igam; e do Sr. Antônio Thomaz Matta Machado, Presidente do Comitê da Bacia do São Francisco. Além desses, teremos um depoimento do Toninho Pescador, que também representa o Comitê da Bacia do São Francisco.

Em seguida, teremos as exposições dos Srs. Luiz Carlos da Silveira Fontes, um geólogo, professor da Universidade Federal de Sergipe e Coordenador do Baixo São Francisco; Rubem Eduardo Vieira Lopes, consultor gerencial das ações do Projeto São Francisco pelo DNOCS; e Jesuíto José Gonçalves, representante das populações ribeirinhas.

Na quarta-feira, dando prosseguimento ao ciclo de debates, sob a coordenação do Deputado Fábio Avelar, teremos a presença dos Srs. Geddel Lima, Ministro da Integração Nacional; Fernando Ferro, Deputado Federal por Pernambuco; e Apolo Heringer. Também estarão aqui o Secretário de Meio Ambiente e várias outras autoridades.

Para finalizar, convoco todos os ribeirinhos do Norte de Minas, as entidades e as ONGs do Estado para nos prestigiarem e verem a situação caótica. Peço apoio a todos os órgãos de imprensa de Minas Gerais para que cobrem desta Assembléia Legislativa - e não só a imprensa escrita, mas também a falada e a televisada -, para mostrar que o Norte de Minas está virando um deserto, e isso está acontecendo a duzentos e poucos quilômetros da nossa Capital.

Obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. Deixo a convocação: segunda-feira, a bancada se reunirá com o Governador e o Ministro Geddel, e, na quarta-feira e quinta-feira, todos se reunirão para falar do Rio São Francisco e seu desenvolvimento sustentável no semi-árido. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ouvi atentamente o discurso do Deputado Gil Pereira, discurso este já repetido por mais de 15 vezes, por falta de atitude dos nossos governos, tanto em âmbito estadual quanto federal, que sempre utilizaram a seca como uma questão política sem solução. O governo possui todos os mecanismos legais para agilizar suas ações, caso queira resolver a situação ou pelo menos queira apresentar um paliativo àquilo que aflige a população do Norte de Minas. A Defesa Civil do nosso Estado ainda faz obras de catástrofes que ocorreram há quatro anos, pontes que caíram e estradas que se perderam, e só agora falam em liberar recursos. Desde que estou aqui, ouço falar da questão do Norte de Minas. Sempre dizem que há solução, que se trata da indústria da seca ou indústria de não-sei-quê. Pela tecnologia existente, o governo sabia que teríamos uma estiagem mais longa, mas fingimos que as coisas não estavam acontecendo. Estamos vendo, prevendo os acontecimentos, mas fingimos que não acontecerá nada, porque o problema não é nosso. Por isso precisamos aproveitar esse momento de dificuldade da população do Norte de Minas, para que os Deputados, e não só os da região mas também, e principalmente, os do Sul de Minas, como o nosso colega Dalmo Ribeiro Silva, possam ir lá para ver as dificuldades, os problemas que existem no Norte de Minas.

Deputado Almir Paraca, os Deputados da região acostumam-se com os problemas. Quem sabe teremos uma visão diferente das dificuldades e poderemos cobrar uma ação efetiva do governo federal e do governo do Estado, e não simplesmente dizer que vamos criar uma comissão; vamos fazer um planejamento; vamos fazer isso! Mas não fazemos nada. Deputado Gil Pereira, a nossa preocupação é cobrar do governo ações efetivas. Se me perguntarem o que precisa ser feito, não saberei dizer, mas com certeza há soluções. Ouvi o Deputado Getúlio Neiva dizer das

barraginhas. Lembro-me da época do governo Newton Cardoso, quando o PT quase cassou o Newton Cardoso porque ele queria fazer as barraginhas, sob a alegação de que as obras estariam superfaturadas - não vou entrar nesse discurso. Na verdade, não era esse o discurso. Havia pessoas ligadas ao meio ambiente que acreditavam que as barragens não poderiam ser feitas, pois não seriam saudáveis para o curso d'água e mais aquelas coisas que vimos acontecer no meio ambiente: muita confusão, muita discussão e muito conselho, para não resolver nada. Então essas dificuldades não são de agora, Deputado Gil Pereira. Lembro-me das barraginhas, quando aqui cheguei, e dos sérios problemas que o governo enfrentava com as questões de meio ambiente, com as questões políticas, dizendo que não poderiam construí-las. Hoje todos estão brigando para fazê-las. Lembro-me de que, quando algum fazendeiro tentava fazer uma pequena barragem para conter a água das chuvas, todos os órgãos multavam o coitado, porque ele não podia fazê-la. Hoje incentivam a construção, e isso nos mostra que não temos planejamento a longo prazo. A questão do Norte de Minas é previsível. Agora, se ficarmos no discurso, lamentando e choramingando, o problema não terá solução. Sabem por quê? Porque dará um bom palanque para todo o mundo. O governo vai dizer que resolverá e que criará uma comissão que vai lá estudar, que vai mandar para a Defesa Civil, que, por sua vez, cobrará da Emater, que mandará para o IEF. Este mandará para o Igam, a fim de verificar se a água está mais ou menos, Deputado Doutor Viana, e as coisas ficam como estão, e temos de pedir a Deus para nos ajudar. É o caso das águas do Rio São Francisco. A Copasa abafou a situação. Todos nós sabemos que a Copasa tem parte de culpa no problema das águas do Rio São Francisco. As coisas estão aí abafadas e sem acontecer.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. Nesta tarde V. Exa. faz uma reflexão muito oportuna, em decorrência da fala do Deputado Gil. Acredito que V. Exa. tem razão. Quero, neste momento, em nome também do Sul de Minas, prestar a nossa solidariedade ao Norte, pelas exposições do Deputado Gil Pereira e dos demais Deputados da bancada do Norte que se manifestaram aqui. Mas a V. Exa. assiste razão, sim. Em 1999, quando tive a honra de ingressar neste Parlamento, no período em que V. Exa. foi Presidente desta Casa, participei da Comissão Especial da Seca do Norte, presidida pela Deputada Maria José Haueisen. Quantas viagens, Deputado Antônio Júlio, fizemos ao Norte de Minas, discutindo os problemas das barraginhas e ouvindo tantas e tantas pessoas na Comissão Especial! Isso, de 1999 a 2003, no debate que travamos aqui. Veja V. Exa. que desde 1999 estamos unidos, buscando ações efetivas e proativas em favor da região Norte.

Quero, neste momento, em nome do Sul de Minas, fazer coro com V. Exa. e também prestar solidariedade a todos os parlamentares da região, para que o problema não fique afeto somente à bancada do Norte. Estão todos os Deputados unânimes, neste momento difícil que essa importante e rica região do Estado de Minas Gerais atravessa. Parabéns pela sua reflexão.

O Deputado Almir Paraca (em aparte)* - Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Em relação às manifestações que antecederam à fala do Deputado nessa tribuna, que diz respeito ao Norte de Minas, gostaríamos de chamar a atenção - o Deputado Getúlio Neiva também fez uma intervenção e falou da necessidade de recomposição da cobertura vegetal do Jequitinhonha, do Norte de Minas, do seu ponto de vista, sem o que não poderá haver efetivamente mudança substancial no clima e no volume de chuvas na região - para a interdependência de todas essas questões e as intervenções que se fazem não só no Norte de Minas, mas também em toda e qualquer região, na ocupação do solo e na produção que se obtém a partir das atividades agropecuárias.

Está tramitando nesta Casa um projeto polêmico que diz respeito à mata seca, com incidência quase total no Norte de Minas. É um momento também de transferir essas reflexões e perceber o impacto que pode advir, que pode agravar esse quadro que infelizmente se agrava ano a ano no Norte de Minas. Fazendo também menção às barraginhas, gostaria de dizer que a terminologia "barraginhas" está sendo aplicada para as microbarragens, não nos cursos d'água, mas para coletar, armazenar as águas de enxurradas, de chuvas, fazendo com que elas alcancem o lençol freático. Isso é só para esclarecer, porque é importante. Defendemos a política das barraginhas, principalmente essas para o abastecimento do lençol freático.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, queria cumprimentá-lo também e falar da importância de esta Casa se unir para aprovar projetos que visem à preservação ambiental. Então gostaria de enfatizar, mais uma vez, rapidamente - não tive tempo de aprofundar-me um pouco no aparte do Deputado Gil Pereira -, a importância de um projeto pelo qual venho lutando para ver aprovado nesta Casa desde a legislatura passada, e até hoje não consegui entender por que não é aprovado. É um projeto que visa a perenizar os nossos cursos d'água, principalmente na região Norte, nos Vales do Mucuri e do São Mateus.

Esse projeto, nesta legislatura, já foi aprovado em duas comissões, e não entendo por que não conseguimos colocá-lo em pauta para a apreciação neste Plenário. Volto a enfatizar aqui essa necessidade e apelo ao nosso Presidente, Deputado José Henrique, que envie esforços para colocá-lo em pauta. Não estou entendendo o que está acontecendo, pois já está, há vários meses, pronto para a ordem do dia, e não conseguimos colocá-lo nela.

Esse projeto foi negociado com a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas, com todos os seus técnicos. Várias audiências públicas foram realizadas nesta Casa. O projeto está pronto para ser apreciado e, se Deus quiser, aprovado. Portanto, gostaria de fazer esse apelo.

Outra questão, Deputado Antônio Júlio, é desfazer esse mito. Estamos verificando que se inicia nesta Casa um pano de fundo relativo à transposição do Rio São Francisco. Na semana passada, participei de um debate em que procuravam imputar à Copasa a responsabilidade da contaminação do rio. Essa é uma inverdade e uma das maiores injustiças que vêm sendo cometidas contra essa empresa, que vem implementando um dos mais ambiciosos programas de recuperação ambiental, com a implantação de centenas de estações de tratamento de esgoto. Portanto, gostaria de fazer aqui essa ressalva. Em nosso entendimento, a Copasa vem ajudando a preservar os nossos cursos d'água, entretanto estão procurando desvirtuar essa ação da empresa dizendo que é poluidora do Rio São Francisco, o que é uma inverdade muito grande. Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigada, Deputado Fábio Avelar. Talvez a Copasa não seja a mais responsável, mas ela tem uma parte grande, Deputado, na questão ambiental dos nossos rios. Entretanto, essa não é a discussão.

Antes de passar a palavra ao Deputado Vanderlei Miranda, queria levantar um assunto sobre o qual discorrerei na próxima reunião: a questão da seca do Nordeste é a mesma da segurança pública no Estado de Minas Gerais. A Polícia Militar, a Civil, os Bombeiros e o governo dizem que aqui em Minas não existe nenhum problema de segurança pública, então fingimos e aceitamos que não existe, enquanto os assaltos e homicídios ocorrem quase diariamente no Estado. Gostaria de dar alguns dados, mas deixarei para a próxima reunião, pois temos outros assuntos a ser tratados.

Para V. Exa. ter uma idéia, Deputado Almir Paraca, só de janeiro de 2005 a julho do ano passado, tivemos no Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte 6.188 pessoas submetidas a perícia por homicídio - são 3 mil por ano. Se fizermos as contas por mês, veremos que hoje temos talvez mais mortes por homicídio e falta de segurança pública no Estado que as guerras a que assistimos pela televisão. Esse é o assunto que levantarei.

E aí vêm outras coisas mais importantes: o governo está preocupado em tirar as contas do funcionalismo público para mandar para o Banco do Brasil, enquanto não ataca os problemas mais sérios. Vendeu a conta, dizem, por R\$1.000.000.000,00 e não deu nenhum tostão para a segurança pública, Deputado Vanderlei Miranda, a quem concedo aparte.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Aliás, cai como luva esse comentário que V. Exa. faz a respeito da transferência de conta do Itaú para o Banco do Brasil. Temos informação de que o valor foi de R\$1.300.000.000,00 de luvas ou de seja qual for o nome dado ao privilégio de ter a conta do Estado. Agora, temos aqui, Deputado Antônio Júlio, algumas preocupações e questionamentos. De cara, a conta no Itaú custa R\$1,00 menos para o servidor, o que significa dizer que, se considerarmos 400 mil funcionários, arredondando o número, teremos R\$400.000,00 a mais, que serão cobrados do servidor que pagava R\$5,00 no Itaú e agora pagará R\$6,00 para ter sua conta no Banco do Brasil. E não é só isso, há aqui algumas comparações que farei em tempo oportuno, já que não terei tempo de fazê-las agora. Quero destacar, por exemplo, para V. Exa. ter uma idéia, que os saques no Itaú são sem limite e, no Banco do Brasil, custam R\$2,00 por cada. A Caixa Econômica Federal isentou os funcionários - não sei se apenas para a Assembléia, depois verificarei isso - do pagamento dessa taxa por um ano, para terem a conta lá. O Banco do Brasil já começa a cobrar, imediatamente, em fevereiro. Faremos aqui alguns cálculos, algumas contas, porque infelizmente valerá aqui o ditado "A onda bate na pedra, e sobra para o siri". No caso em questão, há um problema de conta num banco que, por uma questão de legalidade, teve de se refazer e sair, e agora parte dessa conta está sobrando para o funcionalismo. Queremos e vamos apurar esses números com mais detalhes e, no momento oportuno, traremos aqui. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Agradeço o aparte, Deputado Antônio Júlio. Pela manhã, V. Exa. lembrava a questão da segurança pública, o que é verdade. Trata-se hoje de uma das maiores preocupações da população, e os recursos são poucos. Os recursos da área da segurança pública são centralizados no caixa único, e não vão para a segurança pública. Lembrei-me daquela cena patética que V. Exa. relatou, em alto e bom som, da tribuna, em que o policial precisava atirar e o revólver estava enferrujado. Essa é a triste situação. Não há carcereiro, o contingente das Polícias Militar e Civil é muito pequeno. Prova disso é Uberlândia, uma cidade de 600 mil habitantes, que tem apenas 10 Delegados, enquanto deveria ter 41. Então queria parabenizá-lo, Deputado, e agradecer o aparte.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Presidente, pela paciência, mas esses assuntos de que tratamos são da maior importância. Quanto ao Norte de Minas, é preciso ter uma ação política e corajosa. É preciso parar com as fantasias de que, para resolver, são necessários projetos, mas já existem mais de mil. Quanto à segurança pública, em outra oportunidade voltarei para debatermos tal questão. A questão das contas que foram transferidas para o Banco do Brasil também merece, por parte desta Casa, alguns questionamentos e algumas reflexões. Realmente, são ações do governo que sempre estouram, principalmente, no bolso do coitado do funcionalismo público mineiro.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, público que nos acompanha pela TV Assembléia, o que nos traz hoje, Sr. Presidente, a esta tribuna é principalmente a necessidade de repassar a V. Exa. mais um conjunto de assinaturas em que se solicita a revisão da Lei Complementar nº 64/2002. Já são 16 volumes, e 13 volumes dessa coleta são de assinaturas de servidores públicos do Estado de Minas Gerais, coletadas pela Ascon e por uma série de outras entidades de defesa do funcionalismo público de Minas Gerais. Já foram entregues 36 mil assinaturas para o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, no dia 13 de novembro, por meio da representação dessas várias entidades já citadas. Agora trazemos e deixaremos com V. Exa. uma solicitação, acompanhada de um requerimento de encaminhamento dos pedidos que acompanham esse abaixo-assinado, em que se pede a revisão da Lei Complementar nº 64/2002. As entidades e os funcionários públicos que assinaram esse abaixo-assinado, hoje com mais de quarenta mil assinaturas, solicitam a melhoria do serviço de saúde oferecido pelo Ipsemg. Se havia uma justificativa até aqui para o não-encaminhamento efetivo por parte desta Casa para a solicitação desses servidores e da Ascom e demais entidades, entendemos que esse aspecto está resolvido, uma vez que os jornais de ontem trouxeram uma reportagem sobre o encaminhamento a esta Casa, por parte do governo do Estado, de um projeto de lei em que se propõe o pagamento do restante da dívida do Estado de Minas Gerais com o Ipsemg. Sabemos que, em 2002, quando da aprovação da Lei Complementar nº 64, a dívida do Estado com o Ipsemg era de R\$1.700.000.000,00. O Tesouro devia esse valor referente aos pensionistas do serviço público. Naquele momento, também o volume dessas pensões, que passaram a ser ônus do governo do Estado, referia-se a 60% do total dessa dívida. Os 40% restantes seriam fracionados em 30 anos. Agora, no novo projeto de lei, o governo do Estado se propõe a começar a pagar os precatórios do Ipsemg.

É preciso haver um encontro de contas, Sr. Presidente, para sabermos qual é o saldo, além dos precatórios, que precisam ser honrado, que precisam ser repassados ao Ipsemg, a fim de zerar essa dívida. Passamos, então, a esta Presidência o nosso requerimento com as 6.582 assinaturas.

Gostaríamos também de anunciar que está havendo, desde ontem, em Feira de Santana, Bahia, uma grande celebração dos movimentos populares, dos movimentos sociais do semi-árido brasileiro. São organizações coordenadas principalmente pela articulação do semi-árido, popularmente conhecidas como ASA. A ASA congrega quase 800 organizações da sociedade civil entre sindicatos, associações, entidades ligadas aos agricultores familiares, a quilombolas, às comunidades tradicionais do semi-árido brasileiro, muitas delas ligadas ao trabalho social da Igreja Católica.

Essa celebração que está acontecendo em Feira de Santana é exatamente para evidenciar o grande esforço lançado há alguns anos, no primeiro mandato do Presidente Lula, que propunha a construção de 1 milhão de cisternas para coleta de água da chuva. Trata-se de um programa apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por muitas organizações da sociedade, organizações classistas como a Febraban, estatais, a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, vários ministérios, organizações públicas e privadas deste país.

A meta está sendo alcançada num ritmo mais lento, menor do que seria desejável, mas já se celebra e se comemora nestes dias o alcance da meta de 250 mil cisternas de placas, construídas e acompanhadas de um processo refinado de mobilização, sensibilização e capacitação dos familiares para a utilização correta desses equipamentos e da água armazenada.

É preciso dizer também que, em Minas Gerais, mais de 8 mil dessas cisternas de placas foram implantadas e construídas por entidades, como a Cáritas Brasileira, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA -, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - Cave -, que atua no Jequitinhonha e em várias outras organizações sociais.

É preciso dizer que, dessas 250 mil cisternas de placas, pegando uma média de quatro por família atendida, dá mais de um milhão de pessoas. Esse número é muito significativo. Quando se discute o agravamento da seca no Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Mucuri, é preciso lembrar que, se não fosse implantada essa quantidade de cisternas de placas para o armazenamento de água de chuva nessas regiões, certamente a situação estaria muito mais grave.

No dia 2 de novembro, fizemos uma visita ao Norte de Minas; fomos ao Quilombo do Gorutuba, onde tivemos a oportunidade de visitar algumas residências e de conferir que muitas cisternas de placa do Norte de Minas, nobre Deputado Carlin Moura, estavam um pouco abaixo da metade, garantindo certamente o abastecimento de água para aquelas famílias.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Almir Paraca, o que V. Exa. traz a esta tribuna é muito relevante. A questão da água tem sido um problema muito sério. Se entendi, o colega que o antecedeu na tribuna brincou dizendo: "A culpa do problema da água é de Jesus, que a transformou em vinho". Se a água é dele, faz dela o que bem entender; como é dono de tudo, faz dela o que bem entender; todavia a questão não é bem essa.

Ao mesmo tempo que verificamos essa situação que foi levantada, referente a essa região tão bem representada por V. Exa., encontra-se bem

próxima de Belo Horizonte a cidade de Confins, que está na rota do progresso, do futuro. Em Confins, que é servida pela Copasa, há um problema sério: na ordem inversa, em vez de cisternas, toda a cidade é servida por fossas. Solicitamos uma audiência pública para, entre outras coisas, discutir essa questão.

Não explorando muito do tempo, gostaria de dizer que, no aparte anterior, houve um equívoco meu em relação à migração de contas de bancos quando disse da Caixa Econômica Federal para Banco do Brasil. Na verdade, é Banco Itaú para Banco do Brasil. Levantaremos esses números, a fim de trazê-los à luz e verificar se, de fato, o funcionalismo não está sendo penalizado nessa migração. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Almir Paraca, a situação do Norte de Minas realmente é muito preocupante e, aliás, merece um fundo emergencial para acolhê-la, diante da emergência em que se encontra sua população. Da mesma forma, Uberlândia, que recentemente foi vitimada por uma tromba-d'água. É necessário que o poder público de Minas atue de maneira conseqüente e emergencial.

O problema do Norte de Minas é estrutural. Queria chamar a atenção para isso. O governo do Estado ainda não possui um projeto de desenvolvimento para aquela região - aliás, só na época das calamidades. É preciso pensar a região no seu conjunto, num projeto de desenvolvimento para aquela parte do Estado que merece atenção especial do governo. Infelizmente, as políticas ainda são muito específicas.

Verifiquei que o nosso Governador está retornando de uma visita a Israel. Tem-se dado muito destaque para o fato de trazer dessa visita um modelo de segurança pública. Na realidade, devia trazer um modelo que mostre como desenvolver uma região semi-árida e de deserto, como foi feito em Israel - região muito mais seca, onde não falta água, porque há investimento do Estado. Portanto, em vez de preocupar-se com o modelo israelense de segurança pública, deveria vir de lá com um modelo para levar o progresso e o desenvolvimento para o Norte de Minas e região. Além disso, que não tenhamos de vir aqui, todo ano de seca, para mendigar esmola do Estado, que deveria preocupar-se com a região e a população, com o devido respeito que merecem.

O Deputado Almir Paraca* - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concordando com V. Exa., gostaríamos de dizer que, do nosso ponto de vista, o Norte de Minas precisa efetivamente desse projeto, desse programa de desenvolvimento sustentável da região do semi-árido, um pouco estendido além do semi-árido oficial, pois pega uma parcela pequena do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Nele ganham relevo, mais uma vez, as cisternas de placas, que são uma solução criativa, importante, que vem realmente amenizando as dificuldades impostas a quem vive nessa região. Essa solução nasce do conhecimento e da sabedoria popular na convivência com o semi-árido.

É importante, também, que percebamos que recursos substantivos do Ministério de Desenvolvimento Social foram transferidos para o governo do Estado para a implantação de cisternas de placas nessa região. As informações que nos chegaram é que, apesar de haver mais de dois anos que esses recursos foram transferidos, uma parcela muito pequena de cisternas de placas foram implantadas. Além disso, não houve o acompanhamento devido da metodologia, imprescindível, usada pelas organizações populares na implantação dessas cisternas. Essa metodologia é importante para que o projeto funcione efetivamente, para que a família cuide bem não só dos equipamentos, mas também da qualidade da água, do uso racional desses recursos, a fim de que possam auxiliar na transição desse longo período sem chuvas que acometem o Norte de Minas, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Para encerrar, Sr. Presidente, convidamos os Deputados para o ciclo de debate da semana que vem "O Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável do semi-árido" e também para a audiência pública que solicitamos na Comissão de Meio Ambiente, a fim de ouvir a apresentação dos programas e as ações da Codevasf em Minas Gerais na bacia do Rio São Francisco.

Portanto, acho que são duas oportunidades, por excelência, para que aprofundemos a investigação, a reflexão, o debate e encontremos soluções para alcançar essas regiões tão penalizadas pela seca ano após ano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, telespectadores da TV Assembléia, o que me traz a esta tribuna é uma tema que interessa à população de Belo Horizonte, mas quero, num próximo pronunciamento, tratar novamente dessa questão das águas em Minas Gerais.

O Governador Aécio Neves está em Israel e trata efetivamente da questão do semi-árido. Esse governo teve atenção com aquela região; criou, aliás, uma secretaria extraordinária para tratar especificamente dessa região em nosso Estado. Trata, agora, com as autoridades israelenses também da questão dessa nossa região, diferentemente do governo federal, que, em vez de investir em Minas Gerais na revitalização do Rio São Francisco, irá investir R\$20.000.000.000,00 numa transposição que interessa somente a empresas, deixando de lado a população. Mas esse é um tema que quero tratar mais à frente.

Talvez não fosse o tema que escolheria para falar nesta tarde, mas, movido pela participação popular e pelos "e-mails" recebidos, falei sobre o Mercado Distrital do Cruzeiro. Esses "e-mails" tratam dos mercados de Belo Horizonte. Alguns não poderei nem ler aqui desta tribuna, tal a revolta da população de Belo Horizonte em face da decisão arbitrária da Prefeitura da Capital de fechar, de demolir um espaço de encontro da nossa população.

Poderia utilizar-me do tempo que me resta somente para ler esses "e-mails"; todavia, destacarei apenas alguns. Impressionou-me um "e-mail" do médico da Seleção Brasileira de Futebol e Diretor médico do Atlético por tantos anos, Dr. Neilor Lasmar: "Venho registrar minha indignação e protesto pelo fechamento do Mercado Distrital do Cruzeiro". Está assinado pelo morador da região, Dr. Neilor Lasmar.

Há outros. Este também é de uma moradora da região: "Prefeitura de Belo Horizonte, trabalho pela vida. Que vida?". Ela menciona aqui o Orçamento Participativo. "Já deixei de participar deles há muito tempo. Tenho muito mais a fazer. É assim: escolha uma dentre as nossas poucas escolhas - parquinho ou pracinha. Tudo é necessidade, mas, mais que necessidade, é obrigação". Ela diz, ainda: "Quero escolher a permanência do Mercado do Cruzeiro. Não quero ter de escolher entre parquinho e pracinha. Quero escolher me encontrar com meus amigos, com os vendedores do Mercado do Cruzeiro, que se tornaram meu amigos. O que vão fazer com aquele espaço? Dar para faculdade? Faculdade que já fechou uma rua? Tivemos, em uma reunião na Câmara, a informação da Prefeitura de que vai ser desafetada a área. Uma rua de Belo Horizonte vai pertencer a uma faculdade. A Prefeitura dará uma rua de Belo Horizonte a uma faculdade e, ao mesmo tempo, demolirá o Mercado, espaço de encontro das pessoas". Meu "e-mail" está cheio, em virtude de estar recebendo todas essas manifestações, Deputado Fábio Avelar.

Creio que nós, 19 Deputados que assinamos esse projeto de lei, estávamos certos. A participação popular é muito grande, e a legislação, que está aqui, está correta até na sua intervenção, nobre colega Deputado Fábio Avelar. V. Exa. apresentou emenda considerando também a área do Mercado como de preservação ambiental. E é isso mesmo, porque ali há também um projeto arquitetônico, de um arquiteto de Belo Horizonte. A Prefeitura de Belo Horizonte passará um trator sobre o Mercado, um trator sobre o espaço de convivência das pessoas. Passará

um trator, Deputado Fábio Avelar, sobre um projeto arquitetônico de um dos arquitetos mais respeitados de Belo Horizonte e dará esse espaço para quem? Para uma faculdade, que já tem a rua?

Aqui está: "Será desafetada a área para rua". E o valor arquitetônico da obra do arquiteto Éolo Maia? Como ficará? E a resposta? Essa não é a Prefeitura da participação popular?

Está aqui a participação popular, estão aqui os diversos "e-mails" da população de Belo Horizonte: "Protesto contra o fechamento e demolição do Mercado do Cruzeiro; as pessoas querem se encontrar; a cidade é para as pessoas se encontrarem; foi feliz o Deputado Fábio Avelar, é preservação ambiental". Não consegui contar os "e-mails" recebidos nesta semana, mas a população quer o Mercado, e queremos que nosso projeto venha para a pauta da Assembléia Legislativa.

Não agüentamos mais a obstrução ao povo. Não interessa ao Deputado Fábio Avelar, porque imagino que nem seja morador da região, e aos Deputados que assinaram, também não. Interessa é à população. Estão obstruindo a população de Belo Horizonte. Não estão obstruindo os Deputados.

Se o nosso projeto, se a emenda ambiental do Deputado Fábio Avelar não passar, não acontecerá nada conosco, mas acontecerá com Belo Horizonte. Aqui está a manifestação do povo de Belo Horizonte, uma manifestação cabal contra a demolição do Mercado do Cruzeiro. Onde está a participação popular? Isso é participação popular. O povo está participando e diz que quer o mercado. Agora se manifesta por "e-mails" dizendo que não quer a demolição do mercado.

Quero conceder aparte porque até me cansa passar esse grande número de "e-mails" que as pessoas estão-me enviando. Mas não me cansa representar essas pessoas. Não me cansa estar do lado certo, ou seja, do lado das pessoas. Estou contra essa Prefeitura com muita propaganda, mas sem nenhuma participação da população. As pessoas não são recebidas nem ouvidas. Só há propaganda.

Não adianta. É preciso dar voz e vez às pessoas, mesmo. Participação popular é isso, pessoas se manifestarem e darmos espaço para que elas falem.

Tenho pouco tempo, mas quero conceder aparte ao Deputado Weliton Prado, a quem peço que seja breve, porque quero também conceder aparte ao Deputado Fábio Avelar, autor da emenda que trata do Mercado do Cruzeiro como espaço de preservação ambiental.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Deputado João Leite, serei breve. Gostaria de informar a V. Exa. e aos jornalistas dos jornais "Estado de Minas", "O Tempo" e do "Minas Gerais" que a CPMF foi criada no governo Fernando Henrique pelo PSDB e foi renovada oito vezes com apoio de toda a base do governo à época, inclusive dos democratas.

Sem querer entrar no mérito, mas com profundo respeito, porque compreendo as convicções de V. Exa., quero dizer que no ano que vem haverá eleições municipais. Vejo que V. Exa. tem uma paixão muito grande quando utiliza essa tribuna para falar sobre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. É ocupar o espaço do ano que vem, quando haverá eleições para o Poder Executivo e para Vereadores.

Esta Casa é democrática. E temos de tratar de assuntos em nível estadual, municipal e federal. Compreendo que V. Exa tem uma paixão muito grande quando trata dos assuntos da esfera municipal. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - É, Excelência, são 52 anos vivendo em Belo Horizonte. É normal. Sou nascido e criado aqui em uma vila de Belo Horizonte. Lamento que V. Exa. não trate das questões de Uberlândia, que está sofrendo tanto neste momento. Lamento também que V. Exa. traga para o debate um tema totalmente diverso do que estou falando.

Quero comemorar que o PSDB tenha sido contra a CPMF. Os democratas votaram contra a CPMF. Se V. Exa. defende a CPMF, fale ao microfone. Continue defendendo. E eu continuo dizendo que o Imposto Provisório de Movimentação Financeira - IPMF - foi criado antes do governo do PSDB. Se o PT é favor da CPMF, que fale isso. O PSDB é contra. Eu sou contra e defenderei, até no congresso nacional do PSDB, que continuemos votando contra e junto com o povo, como o povo do Cruzeiro.

V. Exa. não quer que falemos do Mercado do Cruzeiro? Está aqui a manifestação do povo de Belo Horizonte, que já me faz. Estou muito honrado de ter sido, pela terceira vez, o Deputado mais votado na cidade. Desculpe.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado João Leite, quero cumprimentá-lo, mais uma vez, por trazer nesta tarde de hoje à tribuna desta Casa um assunto que estamos acompanhando há vários meses. E com uma tristeza muito grande vemos o desenrolar dos fatos. Eu gostaria de dizer que o nosso gabinete também tem recebido constantemente vários "e-mails" sempre protestando contra essa ação intempestiva da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Tivemos oportunidade de participar de um referendo popular que foi realizado no Bairro Santa Teresa, onde tivemos a presença de quase 2 mil pessoas.

Mais de 90% daquelas pessoas foram ali se pronunciar e manifestar favoráveis à manutenção do Mercado Distrital de Santa Teresa. O mesmo aconteceu com o Mercado Distrital do Cruzeiro, um mercado que faz parte da história de Belo Horizonte. As pessoas que ali trabalham, de maneira quase desesperada, vêm procurando manter contato com muitas autoridades, porque parece que elas já desistiram de uma proximidade maior com a Prefeitura, em virtude da maneira autoritária como esse assunto vem sendo tratado.

Tive oportunidade de assinar o projeto, com mais 18 Deputados, e ele foi aprovado por todas as comissões desta Casa. Também tive a oportunidade de apresentar uma emenda em relação à preservação ambiental, que foi, de pronto, acatada e aprovada por todas as comissões, e hoje esse projeto encontra-se para a apreciação deste Plenário. Talvez ele seja o último alento dessas pessoas que lutam pela preservação dos nossos mercados distritais.

Então, ao lado de V. Exa. e dos 18 Deputados que também assinaram esse projeto de lei que já se encontra pronto para a ordem do dia, gostaríamos de fazer um apelo ao Presidente, Deputado Doutor Viana, que conduz os trabalhos nesta tarde de hoje, para que ele nos ajude a colocar esse projeto em pauta, para a apreciação de todos os Deputados. Esta Casa é uma Casa democrática, e, se o projeto não for aprovado, tudo bem, já que essa é uma decisão da maioria. Democracia é isso, porque esta é a Casa do povo. O importante é, pelo menos, colocá-lo em pauta para a apreciação dos Deputados. Isso seria uma resposta às centenas de "e-mails" que temos recebido em nosso gabinete, e acredito que todos os Deputados também têm recebido, porque essa é uma luta de vários anos, mas ainda temos a esperança de reverter essa situação.

Parabéns, Deputado João Leite. Vamos estar a seu lado nesse processo de defesa e de luta pela preservação dos nossos Mercados Distritais do Cruzeiro e de Santa Teresa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Fábio Avelar.

Sr. Presidente, vou terminar a minha fala com as palavras da moradora Cleonice Alencar, da região Sul de Belo Horizonte, da região do Mercado: "Na solidão da grande cidade de Belo Horizonte, o Mercado funciona como referência e local de encontro para a população das vizinhanças. Lugar de encontro dos idosos. Lugar tradicional, que nos traz a sensação de aconchego, familiaridade e pertencimento".

Termino com essas palavras, para exemplificar como é importante para a população de Belo Horizonte que o Mercado de Santa Teresa, lembrado pelo Deputado Fábio Avelar, e o Mercado do Cruzeiro permaneçam. Não à demolição dos Mercados do Cruzeiro e de Santa Teresa. Não à CPMF do PT, e sim à permanência dos lugares de encontro das pessoas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia. Ontem, desta tribuna, trouxemos a triste notícia da tortura seguida de morte do trabalhador braçal Agamenon Pereira do Nascimento, no estabelecimento penal Irmãos Naves, na cidade de Araguari.

Gostaria de atualizar a notícia acrescentando que ontem, ao final da tarde, a Juíza de Direito da Vara Criminal de Araguari, Soraya Brasileiro Teixeira, decretou mais uma prisão, a décima: do agente Wellington Ribeiro Donato de Souza. Assim, há oito Agentes Penitenciários e um foragido, além de um policial civil, Simeão, também foragido.

Ontem também dei notícia a este Plenário do depoimento da servidora do pronto-socorro local, Sra. Romilda Falbo Diniz, que atendeu o Agente Penitenciário Fernando Fernandes Martins, que apresentava uma mordida no dedo. Após aquele triste relato que fiz ontem desta tribuna, aquele registro da crueldade, recebi inúmeras manifestações por telefone e "e-mail". Mas hoje recebi de Araguari relatos ainda mais tristes, de presas que estavam na cela ao lado de onde Agamenon Pereira do Nascimento foi barbaramente torturado. Advirto-os novamente de que são relatos também muito fortes, em que se mostram as últimas palavras do Agamenon.

Vou dar notícia dessas cartas porque já se encontram no processo. Não estão em ordem cronológica dos fatos; portanto, pode parecer que há alguma contradição nesses relatos, já que algumas manifestações aqui são de antes do atendimento ao Fernando no pronto-socorro, na madrugada, e outras posteriores a esse atendimento, quando voltou para, como havia dito à funcionária do pronto-socorro, "para matar o Agamenon". Alerto-os, portanto, de que são depoimentos fortes, na mesma linha do registro de ontem.

Assim diz uma presa: "A cada pontapé, ele, Agamenon, dizia 'Glória a Deus'; gritava 'Senhor, meu Deus, de Abraão, Isaac e Jacó; queime eles, Senhor, em nome de Jesus; Deus, criador do céu, da lua e da terra, queime eles'". Isso mostra os gritos e lamentos de Agamenon alguns minutos antes de ser assassinado; naquele festival de vandalismo, Agamenon lembrava-se de Deus. Pedia socorro. Talvez fosse como os jovens que, em Macabeus, eram provados e jogados na fogueira para que renegassem a sua fé e, mesmo queimados, mantinham sua convicção e confiança em Deus.

Segundo outro relato, o Agente Juruna, que está preso, ao bater no Agamenon, dizia: "Cadê o seu Deus e o seu Espírito Santo que não o salvam agora?". Os servidores mais antigos desta Assembléia e também o Deputado João Leite, diante dessa blasfêmia, podem lembrar-se de um relato que ouvimos na CPI do Sistema Carcerário. Um empresário foi torturado no Deoesp, e o agente da polícia gritava para ele: "Eu sou o demônio, o capeta, você agora vai conhecer o inferno". Da mesma forma, esse Juruna gozava, fazia ironias, dizendo: "Cadê o seu Deus, o teu Espírito Santo, que não o salva agora?". Olhem que crueldade foi essa tortura e morte.

Em outro relato que está no processo: "Quando eles paravam de bater um pouco no Agamenon, ele louvava a Deus cantando o hino". Mesmo na dor, na tortura, no sofrimento, ele cantava o hino. Antes de Agamenon desmaiar, ele gritou: "Ai, ai...". E disse: "Todos vocês que estão aqui ouvindo o que estão fazendo comigo, se não disserem nada, ficarão mudos pelo resto de suas vidas".

Deputado João Leite, temos testemunhas de que policiais militares assistiram a essa tortura, e que até uma unidade do Corpo de Bombeiros foi lá na cadeia para tentar encaminhá-lo ao hospital e também viu as torturas. Esperamos que essas pessoas não estejam mudas hoje.

O Agente Fernandinho pediu para a cela feminina lavar a sua camisa. O Fernandinho disse rindo: "Jogou bosta no Simeão - que era o policial civil. Aqui é bom demais, a chave do 'corró' fica na minha cintura".

Outro relato. "Fernandinho chegou à grade da cela e disse: Ele mordeu o meu dedo. Será que tem algum problema?". Foi no pronto-socorro e fez curativo. Fernandinho ainda disse: "Ele mordeu meu dedo, mas eu consegui enfiar bosta na goela dele". Isso durante a tortura. A presa relatou que, quando ele retornou do pronto-socorro, ela fingiu estar dormindo. Ele queria saber se não tinha nenhum problema e que a enfermeira acordasse para orientá-lo. Foi o que ele disse quando chegou.

Aqui apresento outro relato triste. Há também o relato de uma presa que diz que os bombeiros foram lá com uma unidade de pronto-socorro, mas não puderam levar o preso. Um Agente de quem ela não reconhece a voz disse: "Tire a algema, tire a algema do pé dele também". Ele estava apanhando, sendo agredido com os pés e mãos amarrados.

Outro relato: antes de o Agamenon desmaiar, o Agente Fernandinho preparou a arma de calibre 12 para atirar nele, e alguns Agentes falaram: "Não, Fernandinho, não". Ele queria executá-lo diretamente, dando-lhe um tiro na cabeça.

Depois continuarei a leitura, deixando claro que tudo é muito triste. Nos relatos dessas presas da cela ao lado, vemos coisas tão dramáticas. Vemos um preso que, mesmo no sofrimento, nos intervalos das agressões, cantava hinos de louvores a Deus.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, quando V. Exa., Presidente da Comissão de Direitos Humanos, militante em favor da vida em todas as instâncias, trouxe ontem esse assunto à tribuna desta casa, tive a oportunidade de apartear-lo. Fiz isso, primeiro, porque a minha consciência cristã me impeliu a fazê-lo; segundo, porque, como membro suplente da Comissão de Direitos Humanos, vi-me na obrigação de apartear-lo diante de narrativa estupefacente, cruel e desumana trazida por V. Exa na tarde de ontem, e o faz novamente hoje.

Estava em meu gabinete despachando alguns compromissos, quando ouvi, pelo serviço de som da Casa, V. Exa. falando a respeito do comportamento desse moço no momento em que era cruelmente assassinado - aliás, ele não estava apenas sendo torturado, mas assassinado -, e fiquei mais pasmo ainda. Os funcionários do meu gabinete pararam para ouvir o pronunciamento de V. Exa., e todos, como eu, ficaram

pasmos com esse relato.

Venho aparteá-lo mais uma vez, como cristão, impelido pela minha consciência cristã, que defende a vida e é contra a violência em qualquer instância. E desta vez venho aparteá-lo porque entendo, nas entrelinhas, que o que esse moço disse nos leva a entender que era evangélico. Para usar essas palavras aí, entende-se claramente que era evangélico. O que se vai apurar? O óbvio. Aquilo que V. Exa. já constatou também: tratava-se de um inocente, que, com certeza, dava contribuição para compartilharmos um mundo melhor. É lamentável tudo isso que V. Exa. traz à tribuna desta Casa. Louvo a Deus, pois a Comissão de Direitos Humanos tem na Presidência um parlamentar realmente atuante e aguerrido, que encara de frente os problemas que chegam a esta Casa por qualquer via.

Quero crer que essa barbárie não ficará impune. Quando abrimos a Bíblia Sagrada, vemos os nossos irmãos no passado, há 2 mil anos, passando pelo mesmo processo de tortura. Isso nos entristece muito, pois 2 mil anos se passaram, e falamos em evolução, quando, na verdade, percebemos uma involução e uma total inversão de valores nos nossos dias, pior que a dos dias de Jesus. Aliás, Ele próprio, no momento do interrogatório, teve a barba arrancada. A Bíblia diz ter sido um interrogatório, que interpreto como uma tortura das mais cruéis. V. Exa. usa barba, e eu também já usei e sei o quanto dói tê-la puxada. A barba de Jesus foi totalmente arrancada instantes antes de ser levado à cruz, a maior tortura já experimentada por um ser humano nesta terra. Deixo o meu aparte e, mais uma vez, o meu apoio a V. Exa.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, se Deus quiser, estaremos juntos, na segunda-feira, em Araguari. Imagino que V. Exa. também tenha as mesmas expectativas que tenho em relação à garantia dos direitos humanos, fundamental para as pessoas, que recorrem à Comissão de Direitos Humanos diariamente e a seu gabinete, num entra-e-sai constante. Esperamos vivenciar uma mudança.

V. Exa. lembra o momento histórico da CPI Carcerária. Com o tempo, imaginávamos - por isso, cada vez mais, não acredito em evolução - que a sociedade teria uma nova visão em relação ao outro, mas, infelizmente, isso não acontece. Nesse caso, temos uma denúncia clara de algo que se repete. E, nesse episódio, quero ressaltar o papel muito firme da Juíza, ao dar oportunidade para que se apurem os fatos com aqueles que detêm muito poder, como é o caso dos que vigiam, dos que são agentes de segurança. É importante que estejam no lugar, aguardando a apuração de todos os fatos.

Somo meus esforços ao de V. Exa., no trabalho de estar lá e apurar, mas não tenho muitas esperanças de que isso seja uma mentira ou invenção, pois, lamentavelmente, acompanha fatos anteriores com os quais, infelizmente, tivemos que conviver em um passado próximo. Estaremos lá e esperamos apurar os fatos para ajudar a fazer justiça. Lamentamos que alguém que tenha usado essas palavras - pois, para usá-las, é preciso um conhecimento cristão, da Bíblia - tenha sido tratado desta maneira.

A morte dele, como a daquele jovem de sua terra, Contagem, precisa servir para algo, e essa é uma responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. Apesar de todas as ameaças que ela sofre, não podemos parar. A morte do Agamenon e a do jovem de Contagem, evangélico também, de família evangélica, têm de servir para algo, pois não é possível continuarmos convivendo com o que o Pe. Francisco, da Pedreira Padre Lopes, lembrou: "As leis que vocês estão fazendo servem para uma elite, mas, para os pobres, não servem".

O Deputado Durval Ângelo* - Agradeço o aparte e digo sinceramente que não consigo ler o resto dos relatos. Os últimos momentos do Agamenon, na madrugada do dia 30, foram aqui registrados. Gostaria de ler apenas o que escreveu uma presa quando o Agente Paulo mandou-as dormir. Ela respondeu-lhe, quando Agamenon estava inconsciente e desfalecido no chão: "Vamos dormir, mas Deus não dorme".

O Agamenon pode ter a certeza de que, na segunda-feira, a Comissão de Direitos Humanos estará, às 13 horas, em Araguari, em nome da cidadania. O art. 1º da Constituição Federal, ao caracterizar a República Federativa do Brasil, coloca-a como um Estado Democrático de Direito e, ao estabelecer os princípios deste Estado, define como um princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, que aqui foi violada. Portanto, em nome dessa cidadania violada, estaremos lá. Mas estaremos lá também, Deputado João Leite, em nome desse Deus que não dorme, com toda a certeza; desse Deus por Quem Agamenon clamou nos momentos finais.

Eu gostaria de dizer ao Governador Aécio Neves - na sua ausência, ao Vice-Governador, Prof. Anastasia - que sabemos do compromisso dessas pessoas com os direitos humanos, com a democracia, com a dignidade. Isso não pode ser um caso isolado para a Juíza cuidar; não pode ser um caso para o Ouvidor de Polícia, que nos acompanhará na segunda-feira, cuidar; não pode ser um caso para o Ministério Público cuidar; não pode ser um caso para uma Secretária. Isso tem de ser um problema de governo. Gostaríamos que, até segunda-feira, o governo se manifestasse oficialmente em relação a essa tortura. Não se trata de um fato tão isolado nem de um fato de um governo só.

Estamos na comissão, desde a semana passada, acompanhando o caso de Santa Rita de Caldas, também um caso muito dramático. Tenho a certeza de que nenhum de V. Exas., colegas, conseguirá assistir à fita gravada por mais de 2 ou 3 minutos, dadas as atrocidades que ocorreram dentro daquela delegacia, que chocam qualquer um. Em Santa Rita, todos os que cometeram tal fato foram presos e indiciados. Aqui são agentes do Estado, e o art. 1º da Constituição Federal não pode ser letra morta. Existe diferença? Existe, sim, porque, ao agente do Estado, nós lhe pagamos com nosso salário. Todos têm de ser punidos da mesma forma. Um agente que age em nome do Estado não pode fazer isso.

Então, Prof. Anastasia, esperamos uma nota do governo, um posicionamento do governo até segunda-feira, quando a Comissão de Direitos Humanos estará em Araguari.

Queremos alertar: fomos informados de que o advogado desses bárbaros criminosos entrará com "habeas corpus" no Tribunal de Justiça, no plantão deste final de semana. Queremos pedir aos Desembargadores que estiverem de plantão, na área criminal, que não concedam esse "habeas corpus". O clima de comoção em Araguari está muito forte. Hoje, pela manhã, escutei um debate na Rádio Araguari, com personalidades da cidade, em que se ouviam os cidadãos da cidade. O clima de indignação é tão grande que pode acontecer uma tragédia se eles forem soltos. Pela ordem pública, eles têm de continuar presos, para que não haja descrédito da sociedade em relação à Justiça. Fazemos esse apelo sabendo da decisão soberana que um Juiz e um Desembargador têm de ter. Sem interferência de nenhum Poder, fazemos o apelo: que não seja concedido "habeas corpus" a esses criminosos.

Há uma triste notícia, Sr. Presidente, que quero divulgar. Ficamos sabendo que o policial civil está prestes a aposentar-se e que estaria recebendo proteção da polícia; aliás, ele está foragido e é o único que não foi preso. Eles estão protelando, para que ele possa requisitar a sua aposentadoria antes de a denúncia ser oferecida pelo Ministério Público, para assim não prejudicar a sua vida profissional. Se isso for verdade... A Juíza determinou 10 dias, até o dia 19, para o Delegado terminar o inquérito policial. Será o dia em que a comissão estará na cidade. Solicitamos que o Delegado termine esse inquérito até o dia 19 e que a denúncia seja feita rapidamente, para não permitir a impunidade ao policial civil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, componentes da Mesa; Deputado Getúlio Neiva, Deputado Durval Ângelo, deixo aqui a solidariedade de toda a Bancada do PT, pela tragédia e pela denúncia da tortura e da agressão que levou à morte Agamenon Pereira, em Araguari.

Deixamos aqui também o registro de que essa atrocidade não pode ficar impune. Acho que todos os envolvidos devem ser responsabilizados e punidos por esse absurdo que ainda acontece em muitos lugares deste país e que em Minas Gerais tem acontecido sistematicamente. Diante de toda a população de Minas Gerais, da TV Assembleia e de todos os que nos acompanham, quero registrar o trabalho importante da Comissão de Direitos Humanos em todos os casos, especialmente nessa situação de tortura, que já deveria ter sido banida das práticas do Estado brasileiro e das instituições públicas de Minas Gerais.

Quero falar também de outros dois assuntos. Participei esta semana de eventos que foram muito importantes para a região do Vale do Rio Doce, para a região do Vale do Aço e de toda Minas Gerais. Tive oportunidade de compartilhar com Governador Valadares de uma celebração muito significativa, bonita e emocionante, que foi a celebração de um ano de falecimento do nosso ex-Prefeito João Domingos Fassarella, nosso saudoso amigo e companheiro. Conhecemo-nos há mais de 30 anos, na luta contra a ditadura militar, pela causa da educação, dos estudantes, dos direitos humanos, enfim, nas lutas, nas causas e nos ideais de justiça social.

Nosso querido companheiro, amigo, camarada e irmão João Domingos Fassarella iniciou sua vida política ainda no final dos anos 70. Nos anos 80 foi Vereador por três mandatos em Governador Valadares, Deputado Federal por um mandato e meio e Prefeito de Governador Valadares por um mandato. Dedicou uma parte da sua vida, dois anos, no governo Lula, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o Ministro Patrus Ananias. Os atributos desse amigo e companheiro do PT são atributos de uma vida de honestidade, humildade, firmeza, ternura, dedicados à família, aos amigos, aos companheiros de luta e de ideais, ao PT, mas especialmente uma vida pública destinada, com muita dedicação, desprendimento e idealismo, à causa pública dos mais pobres de Minas Gerais, do Vale do Rio Doce, especialmente Governador Valadares. Deixou sinais de vida muito importantes por onde passou. Deixou sinais de vida no relacionamento com sua família, com seus filhos e nas amizades que construiu ao longo de sua vida. Desde que veio de sua terra natal, o Espírito Santo, deixou sinais de vida. Sinais de vida nos companheiros que trilharam juntos os ideais de construção do nosso partido.

Ele iniciou a sua vida pública como Vereador - na época, no MDB, depois no PMDB - na Câmara de Vereadores de Governador Valadares, onde construiu, com sua visão ampla, de superação e de divergências, muitas unidades em torno do bem comum, da cidade e das causas que defendia com muito empenho e muita determinação.

Em nome de Governador Valadares e de toda essa construção coletiva do Vale do Rio Doce e de Minas Gerais, digo que ele tão bem serviu ao Brasil e fez da luta e do combate à fome para a erradicação da pobreza uma causa dedicada à vida, à igualdade e à justiça social. Faço hoje nesta tribuna essa celebração de um ano, mostrando a nossa saudade, que nos fez lembrar todos esses atributos e essas qualidades de pessoa humana que ajudou a humanizar muitas pessoas. Principalmente no exercício da gestão à frente da Prefeitura de Governador Valadares, implementou políticas públicas de participação popular e de democracia na metodologia do Orçamento Participativo, políticas públicas que fizeram avançar a educação, política de habitação popular, políticas relacionadas ao lazer, ao esporte e à cultura, políticas a serviço da população e discutidas com ela. Um governo popular a serviço dos mais pobres.

Além disso, governou da periferia para o Centro, ouvindo a população com democracia, participação e respeito; elaborou projetos que, ao longo de muitos anos e ainda na atual administração, beneficiaram e trouxeram recursos que cuidassem da urbanização e da infra-estrutura de tantos bairros de Governador Valadares. E ainda, erradicou o buraco do Bairro Santo Antônio, implementou políticas de infra-estrutura no Altinópolis, no Morro do Querosene, nas regiões da Vila do Ibituruna e em tantos bairros, como Ipê, Atalaia, Trevo, Santa Paula, Turmalina, e contribuiu decisivamente para que Governador Valadares trilhasse um processo de desenvolvimento na região. Além disso, no início da administração popular, elaborou um diagnóstico em relação a 14 bairros da cidade que deveriam receber recursos e benefícios das políticas públicas do governo de Minas e do governo do Presidente Lula. Grande parte desse diagnóstico foi transformado em projetos, que foram levados a Brasília nos diversos Ministérios, como das Cidades, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, a fim de que fossem transformados e captados os recursos para beneficiar Governador Valadares. Quando era Deputado Federal, muitos recursos foram transformados em políticas públicas no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais.

Portanto, gostaria de registrar que grande parte desses recursos e desse diagnóstico tramitaram em Brasília em projetos; aliás, grande parte deles do governo do ex-Prefeito Fassarella e outros da atual administração. Governador Valadares recebe hoje a terceira soma de recursos no Estado - maior número de projetos de recursos que uma cidade pode receber do Presidente Lula - de R\$135.000.000,00, que beneficiarão grande parte da infra-estrutura e urbanizarão bairros historicamente abandonados. Saúdo aqui um ano da ausência, mas da sempre presença, dos sinais de vida que o nosso querido e saudoso amigo deixou por sua vida pública. Fazemos menção a seu desprendimento e integridade, pois foi uma pessoa que não acumulou nada do ponto de vista pessoal e se dedicou profundamente à vida pública. Não houve nenhum desvio de recurso público na sua administração, exatamente por seu compromisso com a probidade administrativa e, felizmente, por seu compromisso com os mais pobres. Fez diferente do que acontece hoje em Governador Valadares, em que há desvios de recursos públicos, aumento abusivo de tarifas públicas, especialmente de água, de lixo e de esgoto. Homenageio toda a sua família, todos os seus amigos e Governador Valadares pelo Prefeito que tivemos. Esse querido companheiro nos deixou há um ano, mas deixa a saudade, os sinais de vida de uma administração limpa, de políticas públicas destinadas aos mais pobres, os sinais da sua integridade e honestidade, que servem de exemplo para todos nós, que nos inspiramos na sua vida pública. Fica para nós o seu exemplo. Ele foi alguém que dignificou a política dando-lhe a sua real dimensão, que é, efetivamente, servir à causa dos que mais precisam e dos mais necessitados. Dignificou também a política quando conseguiu transcender diálogos, apesar de todas as diferenças; tornou Valadares suprapartidária, trouxe o diálogo para todo o conjunto da sociedade, envolvendo empresários e partidos políticos para que promovessem o desenvolvimento de Governador Valadares. Assim, deixou-nos esse belo exemplo de vida pública, pessoal e familiar.

Então, a você, João Domingos Fassarella, deixamos, mais uma vez, a homenagem desta Casa Legislativa, pelo tempo também que passou na Câmara dos Deputados, e o nosso agradecimento por sua vida, por sua dedicação e pela causa com que serviu a todos com tanta dignidade. Fica, então, o nosso abraço, o nosso carinho aos amigos, aos familiares e à cidade de Governador Valadares, onde conviveu, onde criou tantas referências positivas e deixou o belo exemplo de vida, de dignidade e de luta. Deixou-nos o exemplo de lutar, de lutar sempre, lutar junto e a serviço de todos.

Para finalizar, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, faça o registro de uma reunião importante de que participamos e que já foi e é luta de Deputados Federais como Leonardo Monteiro e outros da região do Vale do Rio Doce. Refiro-me à duplicação da BR-381. Tivemos em Governador Valadares a última audiência pública para discutir o licenciamento ambiental, os impactos ambientais da referida obra. Essa audiência pública foi convocada inicialmente pela Feam, pelos órgãos ambientais estaduais e federais, como o Ibama, com o objetivo de ouvir a comunidade sobre o EIA-RIMA, a fim de liberar o projeto de construção da BR-381. Na discussão, a comunidade de Valadares e região conheceu ontem o pré-projeto da BR e a importância de preservar a vida, garantir a sobrevivência e a segurança de tantas pessoas que transitam de Belo Horizonte a Governador Valadares. Além disso, debateu o desenvolvimento integrado que trará a referida BR. Ela integrará o pólo siderúrgico e Governador Valadares ao corredor que levará produtos e escoará as potencialidades do Vale do Rio Doce e de Valadares até o Mercosul, passando pela Fernão Dias e São Paulo. Discutimos também a geração de emprego e renda que poderão vir por meio de empresas fornecedoras dessa região que poderão ali se instalar para desenvolver Governador Valadares e todo o Leste de Minas.

Para finalizar, deixamos lá nosso pleito de que a duplicação da BR-381, que trará tantos benefícios para o Vale do Rio Doce e para o Leste de Minas, chegue efetivamente a Governador Valadares; que não vá apenas até a cidade de Belo Oriente, porque, além de preservar a vida e a segurança, fundamentais em todo esse trecho, também Valadares precisa ser integrada num processo de desenvolvimento.

Nossa cidade aguarda isso. O pleito já foi levado ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, por intermédio do Deputado Federal Leonardo Monteiro. Toda a comunidade de Valadares já está unida para que a cidade receba mais recursos, que não significarão muito mais

que 10% do valor da obra. Refiro-me a recursos hoje garantidos, pela primeira vez na história, pelo Presidente Lula, por intermédio do Plano de Aceleração do Crescimento.

Reivindicamos desta tribuna, e o fazemos em nome de Governador Valadares e de todo o Leste, que a duplicação chegue a Governador Valadares para integrar essa cidade em um processo de crescimento, de desenvolvimento e de integração das políticas de geração de emprego e renda que a nossa cidade merece. Nosso Município está lutando para que novos investimentos cheguem a Valadares por meio do governo de Minas.

Esperamos que, junto a todos os recursos que chegam a Valadares por meio do Presidente Lula, do Cefet, dos projetos de infra-estrutura e do DNIT, possa haver mais um recurso federal, indispensável a essa duplicação, que irá de Belo Horizonte à cidade de Governador Valadares, para o benefício de todos e para o desenvolvimento regional desse Município. Obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana. Cara Deputada Elisa Costa, após seu pronunciamento, gostaria também de prestar minha homenagem à família do Fassarella, grande companheiro que conhecemos ainda na Secretaria de Planejamento, com o Prefeito Ronaldo Perim. Ele foi um dos mais autênticos representantes da luta democrática no País, pelo PMDB. Cumprimento-a pela lembrança daquela figura simpática e agradável que era o Fassarella, que, no início do meu mandato, em 2001, esteve comigo inaugurando a feira de pedras preciosas, mostrando que as barreiras partidárias não prevalecem sobre os interesses públicos. Muito obrigado, Deputada Elisa Costa, pela lembrança.

Sr. Presidente, fiz um pronunciamento, no início desta semana, quando ressaltai algumas obras carreadas para Teófilo Otôni e para região Nordeste mineira. Gostaria apenas de fazer uma síntese dos benefícios já carreados, nesses nove meses de mandato, em que procuramos, junto ao governo do Estado, levar para nossa cidade e região aqueles recursos dos quais precisávamos. Todavia, lamentavelmente, Sr. Presidente, depois de tanta luta para obtê-los, depois de termos demonstrado até para o Presidente Lula, quando ele aqui esteve, a vontade que tínhamos de ajudar nossa cidade e região; depois de tudo o que o governo do Estado está fazendo, com investimentos superiores a R\$90.000.000,00 - diga-se de passagem, o maior volume de investimento em qualquer cidade-pólo de Minas Gerais feito pelo governo do Estado -, "outdoors" aparecem pela cidade dizendo que a saúde está melhorando com recursos próprios da Prefeitura, o que não é verdade. É preciso que se estabeleça a verdade.

Queremos a parceria com a Prefeitura de nossa cidade. Há uma parceria de mão única; estamos dando, dando, dando as coisas, oferecendo, ajudando e trabalhando, sem obtermos nenhuma resposta da parte da nossa Prefeita. Em Teófilo Otôni, estamos agora concluindo, em dezembro, um presídio com 298 vagas, ao custo de R\$11.000.000,00. A licitação está em andamento, e as obras devem começar em janeiro. Os custos da obra da estação de tratamento de esgoto serão da ordem de R\$26.000.000,00.

Em janeiro, estaremos iniciando também a construção de uma barragem para abastecimento de água da cidade e regularização do Rio Todos os Santos, com recursos da ordem de R\$15.000.000,00. Há 15 dias, o Sr. Secretário da Saúde esteve lá, depois de uma visita da Comissão de Saúde da Assembléia a Teófilo Otôni, que viu a situação dramática do sistema de saúde dessa cidade. Então, após uma denúncia e um apelo que fiz à Comissão da Saúde, fomos ao Secretário de Saúde e ao Governador do Estado, que liberou R\$16.000.000,00 de investimentos para a macrorregião de Teófilo Otôni.

No princípio do ano, concluímos reformas e ampliações em escolas estaduais no Município de Teófilo Otôni da ordem de R\$1.200.000,00. E agora, mais uma leva de R\$800.000,00 para reforma e ampliação, totalizando R\$70.000.000,00. Agora, conseguimos a liberação junto à Secretaria de Direito Econômico de recursos de R\$20.000.000,00 para a construção do Centro de Convenções de Teófilo Otôni, perfazendo R\$90.000.000,00.

Além disso, há o quarteirão industrial, que estamos trabalhando com a CDI, e a creche que a Serva está levando. E há uma série de outros pequenos investimentos que estamos levando. Há os financiamentos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Foram 48 projetos aprovados. Sabemos que está chegando perto.

Sr. Presidente, o compromisso que fazemos é que no princípio do ano prestaremos contas e mostraremos que mandamos para Teófilo Otôni mais de R\$100.000.000,00 de investimentos do governo do Estado. Lamentavelmente, até agora não vimos um "outdoor" de "Muito obrigado, Governador" ou "Muito obrigado, Deputado".

Ainda ontem o novo Secretário de Indústria e Comércio, Dr. Edson Soares, ex-Prefeito, me telefonou perguntando qual emenda havia colocado no Orçamento para Teófilo Otôni. Ora, meu caro Secretário, R\$90.000.000,00 não é pouco dinheiro. V. Exa. está assumindo agora a Secretaria, então, primeiro, procure informar-se sobre o volume de dinheiro que estamos trabalhando para carrear para Teófilo Otôni.

Tivemos a ajuda dos Deputados Ademir Camilo e Fabinho Ramalho, mas o que V. Exa. não pode fazer é entrar nessa estreita via do não-agradecimento ou do não-saber ou deixar de conhecer aquilo que tem sido feito pela nossa cidade, que sei que V. Exa. gosta de lá tanto quanto eu.

Sr. Presidente, na tarde de hoje o Deputado Gil Pereira fez aqui um apelo dramático relativo à situação do Norte de Minas. É a mesma situação do Nordeste mineiro, dos Vales do Mucuri e do Médio e Baixo Jequitinhonha. Somos companheiros de sofrimento. Em uma intervenção que fiz, até emocionada, eu dizia que daqui a cerca de 15 ou 20 anos aquela região de Minas acima do paralelo 18 só terá condição de produzir cascavel e micróbio. Estou especificando bem, porque nada resistirá. Nenhum tipo de vida resistirá. Nem plantações nem animais nem pessoas conseguirão sobreviver acima do paralelo 18.

A situação é grave demais. São 174 dias sem chover. Não era assim na década de 50, quando me mudei de Minas Novas para Teófilo Otôni e viajamos três dias debaixo de floresta para chegar a Teófilo Otôni. Dizimaram as florestas. Da década de 70 até meados da década de 80, dizimaram todas as florestas de Teófilo Otôni em direção a Nanuque e Carlos Chagas até o Sul da Bahia.

Ficamos muito alegres, e foi um dos motivos, aliás, que me levaram a apoiar o Governador Aécio Neves em sua primeira candidatura ao governo de Minas, porque no seu projeto de governo constava a implantação de um pólo de silvicultura no Nordeste e no Norte de Minas Gerais. Sei que, se não houver o retorno das matas ciliares, se não houver o replantio de florestas, a condição climática continuará cada dia pior.

Já disse, em vários pronunciamentos da Assembléia, que os estudiosos podem verificar os mapas do tempo do império para saber qual era o tamanho do Polígono das Secas e quantos Estados o abrangiam. O Polígono das Secas era uma região que começava do meio da Bahia para cima e que hoje abrange metade do Estado de Minas Gerais, em razão da sistemática derrubada de árvores e também da sua queima.

Hoje, Sr. Presidente, estamos vendo o grave problema das siderúrgicas, especialmente das pessoas que trabalham com ferro-gusa. Não existe mais madeira para tirar. Aqui vai uma consideração técnica. Apesar de existirem os plantios que foram feitos em Minas Gerais, só se permite a

retirada dessas árvores plantadas após sete anos de vida. Uma providência que pode ser tomada pelo IEF é reduzir para cinco anos essa retirada, para efeito de queima e produção de carvão, impedindo, assim, que os restinhos, as sobras de pequenas matas antigas da nossa região sejam dizimadas para serem transformadas em carvão vegetal e encaminhadas para Sete Lagoas.

O problema é grave, muito mais grave do que as pessoas imaginam. Estamos caminhando para a desertificação irreversível do Norte e do Nordeste mineiro. É preciso que uma política de governo seja construída não apenas com o trabalho que o Governador tem feito. Não estou me queixando deste governo, uma vez que ele deu aos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e também ao Norte de Minas o maior volume de investimento e de recursos de toda a nossa história. Mas isso ainda não é o bastante, pois é preciso engajar nessa luta toda a tecnocracia de governo. É preciso reestudar tudo o que foi feito até agora, porque algumas coisas importantes ainda precisam ser feitas. A primeira delas é o reflorestamento, o pólo de silvicultura. A segunda é permitir que essa região passe a ser produtora, para que ela não continue a depender da esmola de mais nenhum governo.

É preciso acabar com essa filosofia de que o Jequitinhonha, o Mucuri e o Norte de Minas são regiões pobres, que vão continuar pobres. Essa realidade pode ser transformada, porque a realidade não é uma fatalidade, uma coisa cega, ela pode ser transformada, mudada por nós, tanto na nossa vida pessoal quanto na vida de um Estado ou de uma região. É preciso, Sr. Presidente, que haja, por parte do governo do Estado, especialmente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - que já foi lá por várias vezes para estudar a situação -, um esquema de trabalho diferenciado, para que essa região não seja vista apenas do ponto de vista administrativo mas também como uma tarefa para um estadista.

O Governador do Estado tem tudo para fazer a redenção daquela região, apesar de já estar fazendo grande parte do trabalho necessário. Perdoem-me, mas, assim como critico o Presidente Lula nessa faceta da falta de ousadia, também critico o governo do Estado pela falta de um projeto mais profundo para a região do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Estamos sendo assistidos? Estamos. Somos mal-gradecidos? Não. Ao contrário, eu, do PMDB, pedi licença ao meu partido para que pudesse apoiar o candidato do PSDB para o governo de Minas, desde o primeiro mandato dele. E o meu partido deu-me essa licença, e aqui estou, desde o meu primeiro dia, dando suporte ao governo do Estado, com a licença do meu partido, que era contrário ao governo.

Sr. Presidente, existe uma diferença muito grande entre a minha gratidão, o meu reconhecimento, e a minha visão do que ainda pode ser feito, mas que não está sendo realizado. O Presidente Lula está cometendo erros graves, e a população está adorando o Presidente pelo seu linguajar, pelo contato direto, pelo Bolsa-Família e pela dedicação aos mais pobres; e ela está certa. Sou contrário ao valor tão pequenininho do Bolsa-Família. Se é para dar recursos para manter a família, então que se dê logo um volume que possa manter a família inteira e não uma "miserinha" de R\$75,00, R\$90,00, por mês; que se dê logo um salário integral para essas famílias. Nós vamos ter de começar a caminhar para isso. A sociedade vai ter de sustentar os mais pobres. Se não caminhar para que os mais ricos sustentem os mais pobres, não vamos ter condições de salvar os mais ricos, dado o clima de revolta que irá acontecer neste país, que nunca teve uma guerra civil.

Se permitirmos que a pobreza continue aumentando, se não protegemos os mais pobres de maneira mais decisiva e forte, não apenas com a esmola, mas incluindo esse pessoal no mercado de trabalho e no sistema educacional, criando a possibilidade de crescerem por si mesmos, não conseguiremos salvar os poucos que ainda são ricos no País. Vamos ter um clima de comoção e teremos problemas.

Nossa região é o exemplo mais claro de toda essa problemática e não quer continuar sendo tratada como esmoler. Não queremos mais continuar pedindo esmola, seja ao Presidente da República, seja ao Governador do Estado. As pessoas encham a boca para falar que precisamos de políticas públicas, mas não é o que queremos, pois o que precisamos é de ação verdadeira. Esse negócio de política pública virou discurso. Na verdade, não estamos conseguindo enxergar mais claramente os problemas. A região do Nordeste e Norte de Minas Gerais é um grande problema para nosso Estado. Como o Triângulo Mineiro, já tivemos nosso desejo de emancipação na década de 70, ao propor a formação do Estado de Cabrália. Mas aquela região nem sempre foi tão desgraçada assim. As coisas ficaram ruins depois da década de 50, com a derrubada de todas as matas e a falta de planejamento.

Lembro-me de que foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - Codevale -, que, ao longo do tempo, provou que não podia nem valia. Estava na Constituição do Estado de Minas Gerais que 5% de todo Orçamento do governo seriam aplicados no Vale do Jequitinhonha, por meio da Codevale, mas isso nunca se cumpriu. Nunca! Antes de o Governador Aécio Neves assumir o governo, a parcela que cabia aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri no Orçamento do Estado era 1,7% do total aplicado no Estado. Crescemos e estamos com 2,9%, mas não chegamos ainda aos 5% que os constituintes estabeleceram.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que continuemos nossa tarefa, mesmo que sejamos chamados de Dom Quixote, mesmo que estejamos esgrimindo com moinhos de vento ou falando com as moscas. Mas estamos defendendo a idéia de que aquela região é muito rica. Enganam-se os que pensam que aquela região é pobre. Estamos assentados sobre a maior província pegmatítica das Américas; temos minérios de toda sorte para serem explorados; temos terreno fértil. Nos relatórios da FAO e da ONU constam os detalhamentos dos terrenos de nossa região, que não precisam sequer de adubo para alguns tipos de fruticultura. Temos as oportunidades, mas não são aproveitadas pelos governos. Criei o Promovale, quando era Deputado Federal, e investimos um volume grande de dinheiro, mas ainda foi pequeno em razão do grande problema.

Sr. Presidente, meu apelo hoje é que pelo menos o pólo de silvicultura seja implantado. V. Exa., que é Presidente da Frente de Silvicultura de Minas Gerais, tem acompanhado essa luta e sabe muito bem que a única forma de eliminar os problemas climáticos do Nordeste e Norte de Minas Gerais é reflorestar. Não apenas as matas ciliares, mas partir para o plantio de florestas. Não estou falando sem conhecimento de causa. Na década de 80, visitei a Alemanha para verificar como faziam isso. Lá há o fazendeiro de florestas e o silvicultor. Aqui não temos essas figuras. Temos grandes plantios feitos por empresas, determinando o comportamento em relação às suas próprias empresas, para cobrir o seu déficit e cumprir suas obrigações. Mas não temos a especialização de fazendeiro de floresta nem de silvicultor.

É preciso que a Frente Parlamentar de Silvicultura, comandada por V. Exa., proponha ao governo do Estado não apenas esse arremedo de orientação para que uma empresa plante mais árvores aqui ou ali, mas para que se tenha um projeto. V. Exa. também é votado na região, que conheço muito bem. Já o acompanhei em viagem por Carlos Chagas, por dentro, em estradas de chão, até chegar a Palmópolis, onde também tem votos. E V. Exa. sabe muito bem do que estou falando; V. Exa., ao ir de Carlos Chagas para Palmópolis, passou em Medeiros Neto, na Bahia - tivemos de ir à Bahia para chegar lá. E na Bahia, como sabe V. Exa., temos reservas de madeira de lei, de quando a lei ambiental era respeitada neste país e a Brasil-Holanda construía lá as suas florestas.

Sr. Presidente, o apelo é dramático. Estamos há 174 dias sem chuva; há 174 dias, repito, sem chuva. Só no Médio e no Baixo Jequitinhonha e Mucuri, mais de 5 mil reses já foram perdidas. Fazendeiros estão andando até 400km para buscar cana nas usinas de álcool para alimentar suas reses. Estão paralisando a produção de álcool para não deixar morrerem as suas reses. O apelo, Presidente, feito por Gil Pereira, expedido ao Norte do nosso Estado, é o mesmo que faço também pelo Nordeste de Minas: é preciso que alguma coisa seja feita de forma mais profunda. Temos de convocar o nosso Governador para que mostre de forma clara, para o Norte e o Nordeste de Minas, o estadista que é. Implants, Sr. Governador, o projeto de governo de seu primeiro mandato: o pólo de silvicultura do Nordeste mineiro.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Na data de 26/11/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Mosconi

exonerando, a partir de 3/12/07, Rosângela Carvalho Paiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Viviane da Silva Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

exonerando, a partir de 3/12/07, Carlos Eduardo de Moura do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/12/07, Clayton Ventura Andrade do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/12/07, Ernane Castor Rodrigues do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Bruna Soares Giesbrecht para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Carlos Eduardo de Moura para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;
nomeando Clayton Ventura Andrade para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Ernane Castor Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando, a partir de 3/12/07, José Geraldo Magela Macedo do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/12/07, Renato Alves Pereira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando José Geraldo Magela Macedo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
nomeando Renato Alves Pereira para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;
nomeando Whelton Pimentel de Freitas para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando, a partir de 3/12/07, Daniel Alves Gonçalves do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/12/07, Priscilla Mara Neves Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Daniel Alves Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Guilherme Soares Leite para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Priscilla Mara Neves Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Pedro Dias Pereira Nogueira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;
nomeando Rosângela Carvalho Paiva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde à Deputada Maria Cecília Ferreira Delfino, matrícula 6696-6, no período de 27/11/2007 a 4/12/2007.

Mesa da Assembléia, 29 de novembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

ERRATA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 25/10/2007, na pág 36, col. 4, onde se lê:

"Doutor Rinaldo", leia-se:

"Doutor Rinaldo - Ana Maria Resende - Cecília Ferramenta - Elisa Costa - Gláucia Brandão - Maria Lúcia Mendonça - Rosângela Reis".